

Mortes violentas de crianças e adolescentes caem 39%; índice ainda é elevado

Em cinco anos, foram perdidas 3.165 vidas de jovens com até 19 anos no estado de São Paulo, segundo dados do relatório do Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

Marina Helou, Maria Carolina Schlittler e Mayara de Souza Gomes
1º de abril de 2021

AM PRESS & IMAGES/FOLHAPRESS



Segundo o documento, 4 em cada 10 mortes de crianças e adolescentes são decorrentes de intervenções policiais

O Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência é uma iniciativa que aposta em políticas de prevenção à violência pautadas na transversalidade de projetos e ações como estratégia para reduzir e prevenir mortes violentas de crianças e adolescentes.

Criada em 2018, a iniciativa é presidida pela deputada estadual Marina Helou e gerida de forma tripartite pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, governo do Estado de São Paulo e Unicef. O Comitê reúne, mensalmente, mais de 15 organizações da sociedade civil, secretarias estaduais, instituições do sistema de justiça, pesquisadores e especialistas para discutir como desenhar e implementar essas políticas.

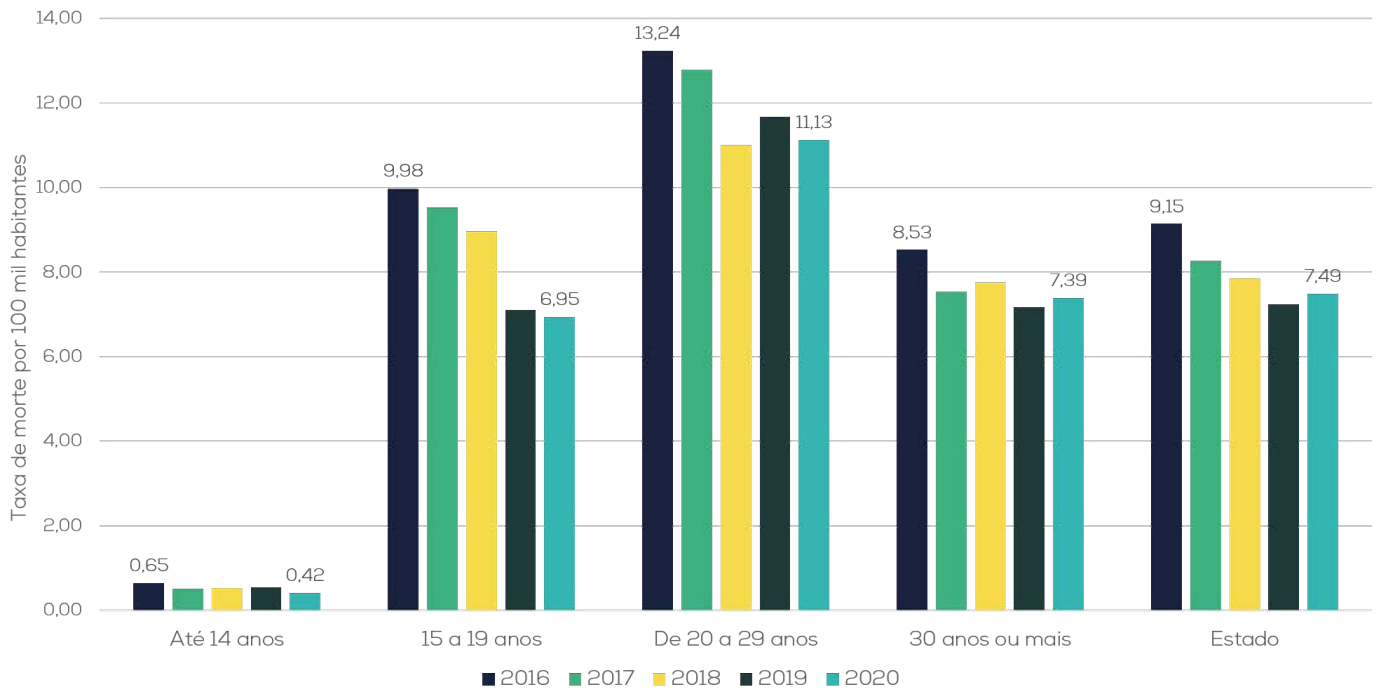
No último dia 23, o Comitê Paulista divulgou o seu relatório sobre mortes violentas no estado de São Paulo, com foco na violência letal que atinge pessoas de até 19 anos. A principal notícia foi a redução nos números de mortes violentas de crianças e adolescentes nos últimos cinco anos.

Com essa informação, entende-se que a redução no número de mortes violentas, em especial os homicídios, que acontece desde o início da década dos anos 2000 no estado de São Paulo, somente nos últimos anos passou a ser verificada no grupo populacional composto por crianças e adolescentes.

A literatura sobre segurança pública e violência sempre apontou que os jovens, de até 29 anos, são o alvo principal da violência fatal. Os dados trazidos pelo Comitê chamam atenção para o fato de que as principais vítimas dessa violência são ainda mais jovens; afetando adolescentes de 15 a 19 anos, especialmente no universo das mortes decorrentes de intervenção policial.

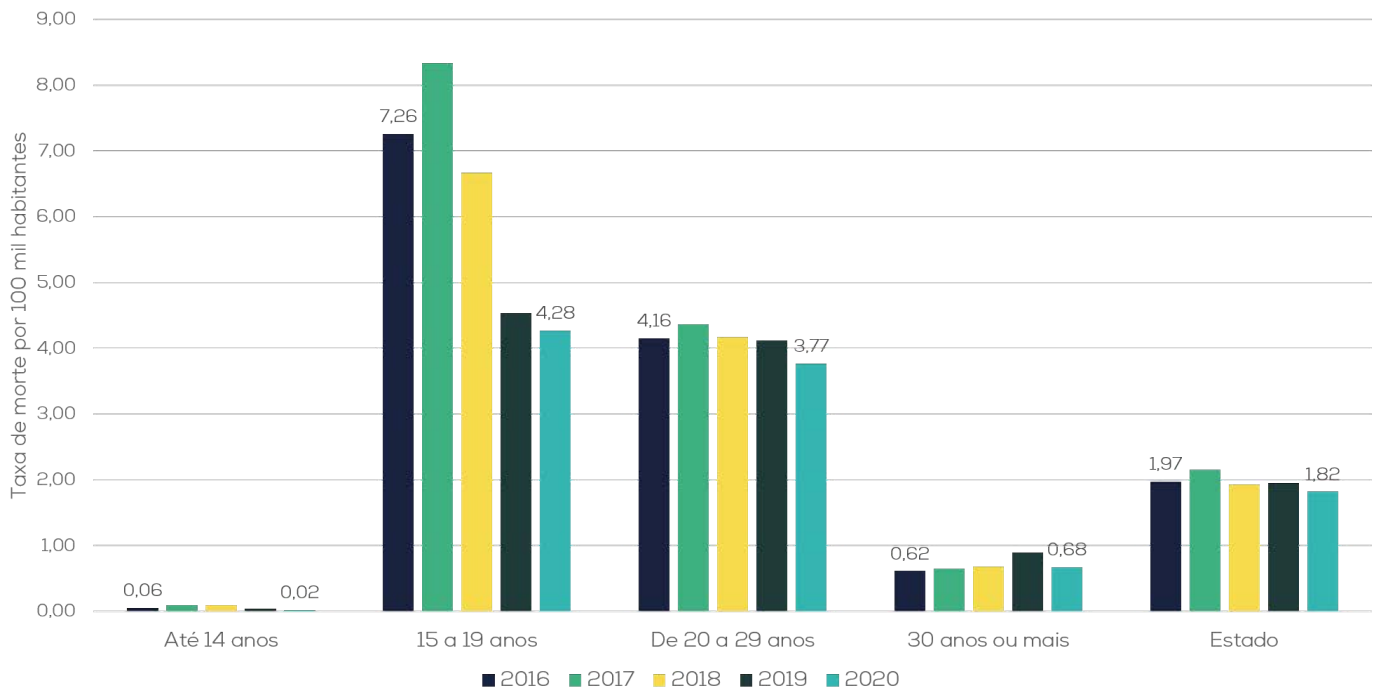
Foi somente a partir de 2019 que a taxa de homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte de adolescentes passou a ser menor que a mesma taxa para o total da população do estado. Já em relação à taxa de mortes em decorrência de intervenção policial, a faixa etária de 15 a 19 anos apresenta, desde 2015, taxas maiores que as do restante da população.

Gráfico 1 - Taxa por 100 mil habitantes por homicídio e lesão corporal, por ano e faixa etária, 2016-2020.



Fonte: RDO - Registro Digital de Ocorrências (CP/SSP); Fundação SEADE

Gráfico 2 - Taxa por 100 mil habitantes decorrentes de intervenção policial por ano e faixa etária, 2016-2020.



Fonte: RDO - Registro Digital de Ocorrências (CP/SSP); Fundação SEADE

O Comitê ainda vai se dedicar a entender os fatores desta redução, mas é fato que desde a criação da iniciativa, em dezembro de 2018, as mortes violentas de adolescentes foram reduzidas em 24%.

Apesar da notícia da queda no número de mortes, o relatório reitera uma realidade bastante conhecida por militantes do movimento negro, e pesquisadoras e pesquisadores do campo da violência: nem todas as infâncias e adolescências paulistas foram

beneficiadas com a redução dessas mortes.

Os adolescentes negros continuam morrendo mais que adolescentes brancos. Das 3.165 meninas e meninos vítimas de mortes violentas de 2015 a 2020 no estado de São Paulo, 60% (1.887) eram negras. O estado segue tendo dificuldades para reduzir a desigualdade racial na segurança pública. Os dados do Comitê informam que as mortes de adolescentes negros são o dobro das mortes de adolescentes brancos; e que 4 em cada 10 mortes de crianças e adolescentes são decorrentes de intervenções policiais, refletindo nosso racismo sistêmico.

Nos casos de mortes por homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, o corte racial tem impacto sobretudo partir dos 15 anos, quando meninos negros passam a ser 62% das vítimas, embora sejam apenas em torno de 42% da população nessa faixa etária no estado. E nas mortes decorrentes por intervenção policial, os riscos relativos de meninos, principalmente os meninos negros, serem vitimados é ainda maior.

No período de 2015 a 2020, entre os meninos vitimados de até 14 anos, 77% deles eram negros e outros 23% eram brancos; e na faixa etária de 15 a 19 anos 68% das vítimas eram negras e outras 32% eram brancas.

Os dados do Comitê, somados às informações de que a população negra é especialmente vulnerável a ser vítima fatal da Covid-19, trazem a urgência de se promover políticas de proteção à vida da população negra no estado de São Paulo, em especial aos adolescentes negros. Sem ações dessa envergadura, a década de 2020 será marcada por um cenário bastante trágico em relação à população negra, aumentando a desigualdade racial em nossa sociedade.

É urgente repensar a forma como protegemos crianças e adolescentes. Precisamos debater a política de segurança pública que tem sido empreendida e que não tem conseguido proteger a vida das pessoas, em particular de nossos meninos e meninas, que representam 12% do total (26.486) de mortes violentas no estado. É preciso ter um projeto para a segurança pública paulista no qual a proteção à vida seja prioridade.

Desde a sua criação, o Comitê tem promovido uma agenda de redução das mortes violentas de crianças e adolescentes no estado de São Paulo, tendo como carro-chefe políticas públicas de prevenção. E para tal, a iniciativa tem trabalhado no fortalecimento dos sistemas públicos de informação e monitoramento da violência fatal, para entender o perfil preciso das vítimas, territorialidade e as dinâmicas das mortes, de modo a identificar quais são as oportunidades que o poder público tem para se evitar tais mortes.

Na integração dos serviços de atendimento direto às vítimas e familiares de vítimas de violência (como Defensoria Pública, PPCAAM, CRAVI, PROVITA); na adoção de políticas públicas intersetoriais, focadas nos grupos e comunidades mais vulneráveis e expostos à violência fatal. E por fim, na ampliação da capacidade e oportunidades de grupos e comunidades mais vulneráveis e expostos à violência, especialmente os próprios adolescentes, de influenciar políticas e programas para prevenção e resposta à violência.

Marina Helou

Deputada estadual de São Paulo pela Rede Sustentabilidade e presidente do Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

Maria Carolina Schlittler

Socióloga e Coordenadora do Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

Mayara de Souza Gomes

Socióloga e Pesquisadora Chefe do Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/2nceq6g3d4>

